

Em terceiro lugar, a recorrente sustenta que a decisão impugnada viola o princípio da proporcionalidade tal como decorre do artigo 18.º, n.º 3, do Regulamento 1/2003, segundo o qual a Comissão pode pedir às empresas que estas lhe prestem todas as informações necessárias. A este respeito, a recorrente alega que a Comissão não demonstrou onexo exigível entre as informações pedidas para o período anterior à adesão e o comportamento alegadamente ilegal posterior a 1 de Maio de 2004. Daqui decorre, segundo a recorrente, que a Comissão não precisa das informações ou documentos relativos ao período anterior à adesão para avaliar se a conduta da recorrente depois da adesão respeita o direito comunitário.

(<sup>1</sup>) Regulamento (CE) n.º 1/2003 do Conselho, de 16 de Dezembro de 2002, relativo à execução das regras de concorrência estabelecidas nos artigos 81.º e 82.º do Tratado (JO L 1, p. 1).

### **Recurso interposto em 17 de Novembro de 2009 — Storck/IHMI — RAI (Ragolizia)**

**(Processo T-462/09)**

(2010/C 11/68)

*Língua em que o recurso foi interposto: alemão*

#### **Partes**

*Recorrente:* August Storck KG (Berlim, Alemanha) (representantes: I. Rohr, P. Goldenbaum e T. Melchert, advogados)

*Recorrido:* Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)

*Outra parte no processo na Câmara de Recurso:* Radiotelevisione italiana SpA (RAI), Roma, Itália

#### **Pedidos do recorrente**

- Anular a decisão da Quarta Câmara de Recurso do Instituto de Harmonização do Mercado Interno, de 8 de Setembro de 2009 (R 1779/2008-4);
- Condenar o IHMI nas despesas;
- No caso de a outra parte no processo na Câmara de Recurso intervir no processo, condená-la nas suas próprias despesas.

#### **Fundamentos e principais argumentos**

*Requerente da marca comunitária:* A recorrente

*Marca comunitária em causa:* Marca nominativa «Ragolizia» para produtos da classe 30 (pedido de registo n.º 5 201 835)

*Titular da marca ou sinal invocado no processo de oposição:* Radio-televisione italiana SpA (RAI)

*Marca ou sinal invocado no processo de oposição:* Marca nominativa comunitária n.º 4 771 762 «FAVOLIZIA»

*Decisão da Divisão de Oposição:* Deferimento da oposição e recusa do pedido de registo

*Decisão da Câmara de Recurso:* Negado provimento ao recurso

*Fundamentos invocados:* Violação do artigo 87.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento n.º 207/2009 (<sup>1</sup>), uma vez que não existe risco de confusão entre as marcas em litígio.

(<sup>1</sup>) Regulamento (CE) n.º 207/2009 do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, sobre a marca comunitária (JO L 78, p. 1).

### **Recurso interposto em 20 de Novembro de 2009 — Herm. Sprenger/IHMI — Kieffer Sattlerwarenfabrik (forma de um estribo)**

**(Processo T-463/09)**

(2010/C 11/69)

*Língua em que o recurso foi interposto: alemão*

#### **Partes**

*Recorrente:* Herm. Sprenger GmbH & Co. KG (Iserlohn, Alemanha) (representante: V. Schiller, advogado)

*Recorrido:* Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)

*Outra parte no processo na Câmara de Recurso:* Georg Kieffer Sattlerwarenfabrik GmbH (Munique, Alemanha)

#### **Pedidos da recorrente**

- Anular a decisão proferida pela Quarta Câmara de Recurso do Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos), em 4 de Setembro de 2009, no processo R 1614/2008-4;
- Indeferir o pedido de declaração da nulidade da marca comunitária da recorrente n.º 1 599 620, apresentado pela Georg Kieffer Sattlerwarenfabrik GmbH;
- Condenar o IHMI nas despesas do processo.

**Fundamentos e principais argumentos**

*Marca comunitária registada objecto do pedido de declaração de nulidade:* marca comunitária tridimensional n.º 1 559 620, para produtos da classe 6

*Titular da marca comunitária:* a recorrente

*Parte que pede a nulidade da marca comunitária:* a Georg Kieffer Sattlerwarenfabrik GmbH

*Decisão da Divisão de Anulação:* indeferimento do pedido de declaração de nulidade

*Decisão da Câmara de Recurso:* anulação da decisão da Divisão de Anulação e declaração da nulidade da marca comunitária em causa

*Fundamentos invocados:*

- Violação das disposições conjugadas dos artigos 52.º, n.º 1, alínea a), e do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 207/2009 <sup>(1)</sup>, dado que foi indevidamente negada a existência de carácter distintivo originário;
- Violação dos artigos 52.º, n.º 1, alínea a), e 52.º, n.º 2, em conjugação com o artigo 7.º, n.º 3, do Regulamento n.º 207/2003, uma vez que foi incorrectamente concluído que a marca controvertida não adquiriu carácter distintivo pelo uso;
- Violação do artigo 76.º, n.º 1, primeiro período, do Regulamento n.º 207/2009, dado que os factos relevantes não foram devidamente apurados;
- Violação do artigo 83.º do Regulamento n.º 207/2009, na perspectiva do direito a ser ouvido;
- Violação do artigo 77.º, n.º 1, do Regulamento n.º 207/2009, uma vez que a Câmara de Recurso devia ter deferido o pedido de realização de uma audiência apresentado a título subsidiário pela recorrente;
- Violação do Tratado CE, na perspectiva do direito a um processo equitativo.

<sup>(1)</sup> Regulamento (CE) n.º 207/2009 do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2009, sobre a marca comunitária (JO 2009, L 768, p. 1).

**Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 30 de Outubro de 2009 — Nestlé/IHMI — Quick (QUICKY)**

**(Processo T-74/04) <sup>(1)</sup>**

(2010/C 11/70)

*Língua do processo:* francês

O presidente da Quinta Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

<sup>(1)</sup> JO C 94, de 17.4.2004.

**Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 13 de Novembro de 2009 — Lumenis/IHMI (FACES)**

**(Processo T-301/07) <sup>(1)</sup>**

(2010/C 11/71)

*Língua do processo:* inglês

O presidente da Terceira Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

<sup>(1)</sup> JO C 247, de 20.10.2007.

**Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 16 de Novembro de 2009 — Tipik/Comissão**

**(Processo T-252/08) <sup>(1)</sup>**

(2010/C 11/72)

*Língua do processo:* francês

O presidente da Terceira Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

<sup>(1)</sup> JO C 209, de 15.8.2008.

**Despacho do Tribunal de Primeira Instância de 17 de Novembro de 2009 — STIM d'Orbigny/Comissão**

**(Processo T-559/08) <sup>(1)</sup>**

(2010/C 11/73)

*Língua do processo:* francês

O presidente da Sexta Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

<sup>(1)</sup> JO C 44, de 21.2.2009.